

PORTARIA N.º 4045/2015-MP/PGJ

CONCEDER 4 (quatro) diárias ao Soldado PM ERISON LIMA DE SOUZA, Matrícula 333.401, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 28838/2015, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital aos municípios de Tome Açú e Bragança, no período de 3 a 7/7/2015, a fim de realizar reparos no sistema de alarme e a substituição do sistema antigo de alarmes, com a consequente instalação e configuração de uma nova estrutura de alarmes, respectivamente, nas Promotorias de Justiça daqueles municípios. Ordenador: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
* Republicada por incorreção no D.O.E. de 03/02/2017

PORTARIA N.º 4047/2015-MP/PGJ

CONCEDER 4 (quatro) diárias ao Cabo PM IGOR DE LIMA BATISTA, Matrícula 333.309, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 28837/2015, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital aos municípios de Tome Açú e Bragança, no período de 3 a 7/7/2015, a fim de realizar reparos no sistema de alarme e a substituição do sistema antigo de alarmes, com a consequente instalação e configuração de uma nova estrutura de alarmes, respectivamente, nas Promotorias de Justiça daqueles municípios. Ordenador: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
* Republicada por incorreção no D.O.E. de 03/02/2017

PORTARIA N.º 4135/2015-MP/PGJ

CONCEDER 8 (oito) diárias à Promotora de Justiça ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO, Matrícula 999.838, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 30135/2015, nos termos do art. 117 da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6 de julho de 2006, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital ao município de Chaves, no período de 8 a 17/7/2015, tendo em vista a acumulação de atribuições em diferentes comarcas. Ordenador: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
* Republicada por incorreção no D.O.E. de 03/02/2017

PORTARIA N.º 4147/2015-MP/PGJ

CONCEDER 1 (uma) diária ao servidor DIRCEU SANTOS SILVA, Motorista, Matrícula 999.1490, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 31790/2015, nos termos do art. 145, *caput* e parágrafos, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Redenção ao município de Conceição do Araguaia, no período de 16 a 17/7/2015, a fim de conduzir equipe técnica para a realização de estudo social naquele município. Ordenador: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
* Republicada por incorreção no D.O.E. de 03/02/2017

PORTARIA N.º 4188/2015-MP/PGJ

CONCEDER 2 e 1/2 (duas e meia) diárias ao servidor TERCIO CARDOSO MENEZES, Auxiliar de Administração, Matrícula 999.2022, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 30622/2015, nos termos do art. 145, *caput* e parágrafos, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Juruti ao município de Óbidos, no período de 15 a 17/7/2015, a fim de desempenhar suas atribuições na Promotoria de Justiça daquele município. Ordenador: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
* Republicada por incorreção no D.O.E. de 03/02/2017

PORTARIA N.º 4251/2015-MP/PGJ

CONCEDER 1 (uma) diária ao Soldado PM CARLOS ALESSANDRO FIGUEIRA VINHOTE, Matrícula 999.2260, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 29422/2015, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Altamira ao município de Medicilândia, a fim de realizar a segurança pessoal da Promotora de Justiça Grace Kanemitsu Parente, conforme quadro:

PERÍODO	TIPO	QUANTIDADE
30/6/2015	DESLOCAMENTO	1/2 (meia) diária
19/7/2015	DESLOCAMENTO	1/2 (meia) diária

Ordenador: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
* Republicada por incorreção no D.O.E. de 03/02/2017

PORTARIA N.º 4284/2015-MP/PGJ

CONCEDER 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias ao Promotor de Justiça EDSON AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA, Matrícula 999.092, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 30376/2015, nos termos do art. 117 da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6 de julho de 2006, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital ao município de Afuá, no período de 11 a 15/7/2015, tendo em vista a acumulação de atribuições em diferentes comarcas. Ordenador: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
* Republicada por incorreção no D.O.E. de 03/02/2017

PORTARIA N.º 4340/2015-MP/PGJ

CONCEDER 2 (duas) diárias à Promotora de Justiça ANDRESSA ERICA AVILA PINHEIRO, Matrícula 999.1463, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 32888/2015, nos termos do art. 117 da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6 de julho de 2006, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Mãe do Rio ao município de Paragominas, em virtude de acumulação de atribuições em diferentes comarcas, conforme quadro:

PERÍODO	TIPO	QUANTIDADE
15/7/2015	DESLOCAMENTO	1/2 (meia) diária
22/7/2015	DESLOCAMENTO	1/2 (meia) diária
29/7/2015	DESLOCAMENTO	1/2 (meia) diária
10/8/2015	DESLOCAMENTO	1/2 (meia) diária

Ordenador: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
* Republicada por incorreção no D.O.E. de 03/02/2017

PORTARIA N.º 4425/2015-MP/PGJ

CONCEDER 2 (duas) diárias ao servidor ALLEN KENTO ARIMOTO, Assessor Especializado de Apoio Técnico-operacional, Matrícula 999.2063, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 27825/2015, nos termos do art. 145, *caput* e parágrafos, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital a Brasília-DF, no período de 12 a 14/8/2015, a fim de participar do "I Encontro Nacional do Ministério Público para a Tutela Penal da Administração Municipal - Crimes Praticados por Prefeitos". Ordenador: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
* Republicada por incorreção no D.O.E. de 03/02/2017

Protocolo: 143191**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 043/2016-MP/PA, empreitada por preço global por lote, no tipo menor preço, que tem como objeto a aquisição de materiais e equipamentos de segurança eletrônica, para instalação de Circuito Fechado de Televisão, para atender as necessidades do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

- O certame teve como resultado FRACASSADO.

Belém (PA), 27 de janeiro de 2017.

Rubens Rocha-Pregoeiro

Protocolo: 143293**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nº DA DISPENSA: 002/2017-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa MM ALVARENGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME (CNPJ: 01.219.642/0001-49)

Objeto: Fornecimento de materiais paisagísticos artificiais para ambientação do prédio novo das Promotorias de Justiça de Santarém, visando o atendimento das necessidades do *Parquet* relacionadas à referida Promotoria.

Valor Total: R\$ 6.330,00 (seis mil, trezentos e trinta reais).

Fundamento Legal: Art. 24, II da Lei Federal 8.666/93.

Data da Assinatura: 30/01/2017

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.7573. Elemento de despesa: 3390-30.

Fonte de Recurso: 0101

Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo: 143126**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA****EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO****Nº DO TERMO DE COOPERAÇÃO: 002/2017-MP/PA**

PARTE: Ministério Público do Estado do Pará e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

OBJETO: Estabelecer as bases gerais de Cooperação Científica e Técnica entre o MP/PA e a UNIFESSPA, para seleção pública de estagiários.

DATA DA ASSINATURA: 27/01/2017.

VIGÊNCIA: 27/01/2017 a 26/01/2022.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12101.03.122.1434.8331.

ELEMENTO DE DESPESA: 3390-36

FONTE DE RECURSO: 0101

FORO: Justiça Federal, Subseção Judiciária de Marabá/PA.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Marcos Antônio Ferreira das Neves

ENDEREÇO COMPLETO DAS PARTES: Rua João Diogo nº 100, Cidade Velha, Belém/PA, e Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, S/N, Marabá/PA, respectivamente.

Protocolo: 142817**CONVÊNIO**

**EXTRATO DE CONVÊNIO
(MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PARÁ
BANCO DO BRASIL S/A)
CONVÊNIO 01/2017.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e Banco do Brasil S/A. **Objeto do Termo de Convênio:** Consignação em folha de pagamento de parcelas referentes a empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil S/A.

Vigência: 03/02/2017 a 02/02/2018.-**Foro:** Belém

Data da Assinatura: 02/02/2017

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo: 143313**OUTRAS MATÉRIAS**

**PROCESSO N.º 216/2015-SGJ-TA
(PROTOCOLO N.º 51750/2015)**

REF.: CONCORRÊNCIA N.º 001/2016-MP/PA – FATO SUPERVENIENTE – INTERESSE PÚBLICO – REVOGAÇÃO DE LOTE
Trata-se da Concorrência n.º 001/2016 para contratação de empresa(s) para execução de obras nos municípios de São Félix do Xingu (Lote I), Conceição do Araguaia (Lote II), Altamira (Lote III), Ananindeua (Lote IV), Paragominas (Lote V) e Monte Alegre (Lote VI).

Considerando que a abertura da sessão pública ocorreu em 14/4/2016 e, após o regular processamento do certame, foram declaradas vencedoras as empresas: Lote I - Cactus Construções Indústrias e Incorporações Ltda.; Lote II - Eficaz Construtora e Serviços Eireli-ME; Lote III - OMM Limpeza e Manutenção Ltda. EPP; Lote IV - Nova Prática Engenharia Ltda.-EPP; Lote V - A S Santos Leal Serviços Ltda.; e Lote VI - Texas Construções e Saneamento Ltda.-EPP;

Considerando que o resultado do Lote I foi publicado no Diário Oficial do Estado de 18/8/2016, com a melhor proposta, no valor total de R\$ 1.850.913,78 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil, novecentos e treze reais e setenta e oito centavos), da empresa Cactus Construções Indústrias e Incorporações Ltda.;

Considerando que ainda não houve a homologação do Lote I porque a Diretora do Departamento de Obras e Manutenção solicitou a devolução dos autos e informou posteriormente que a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu doou ao Ministério Público do Estado do Pará terreno maior e com melhores condições técnicas para a construção da nova sede do Órgão Ministerial;

Considerando que o resultado do Lote I (Construção da Sede das Promotorias de Justiça de São Félix do Xingu) da Concorrência n.º 001/2016 foi publicado em **18/8/2016**, no Diário Oficial do Estado, e, em **25/8/2016**, houve comunicação formal à Procuradoria-Geral de Justiça quanto à disponibilização de terreno da Prefeitura Municipal ao *Parquet* naquela cidade;

Considerando a promulgação da Lei Complementar n.º 104/2016, de **16/12/2016**, que dispõe sobre a doação de um Lote Urbano com área de 1.590,88m², denominado Lote 01, Quadra 206, Setor 02, na Avenida Ireno Leda, s/n.º, Bairro Rodoviário, em São Félix do Xingu/PA, da Prefeitura Municipal ao Ministério Público do Estado do Pará, com a finalidade de construção da nova sede do Ministério Público naquele município;

Considerando a manifestação técnica do Departamento de Obras e Manutenção deste *Parquet*, que concluiu que o terreno doado possui vantagens consideráveis, como dimensão bem maior e nível plano e seco, de forma que a construção da nova sede no terreno doado, em vez de construir-se no terreno atual, geraria economia considerável no custo total da obra e melhor aplicação do projeto de acessibilidade do prédio;

Considerando, portanto, que já não é conveniente nem oportuno ao Ministério Público do Estado do Pará manter o Lote I da Concorrência n.º 001/2016, em virtude da ocorrência de fatos supervenientes à abertura do certame, em **14/4/2016**, e à publicação do resultado do Lote I, em **18/8/2016**, quais sejam, a informação da disponibilização de terreno da Prefeitura Municipal ao *Parquet* em São Félix do Xingu, em **25/8/2016**, e a efetiva doação desse terreno, maior e com condições técnicas favoráveis e adequadas às necessidades da Administração Pública, conforme disposto na Lei Complementar n.º 104/2016, de **16/12/2016**;

Considerando que o artigo 49 da Lei n.º 8.666/1993 prevê a revogação de ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público diante da ocorrência de fato superveniente comprovado;

Considerando a manifestação favorável da Assessoria Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Parecer n.º 011/2017-ASS/JUR/PGJ;

Considerando o poder-dever de que dispõe a Administração para rever seus próprios atos, nos termos da Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando os demais elementos constantes dos autos do Processo n.º 216/2015-SGJ-TA;

Determino a revogação do Lote I (Construção da Sede das Promotorias de Justiça de São Félix do Xingu) da Concorrência n.º 001/2016-MP/PA, nos termos do artigo 49 da Lei Federal n.º 8.666/1993, com o prosseguimento do certame sem o Lote I. A Comissão Permanente de Licitações, para as providências cabíveis, incluindo o previsto no art. 49, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993.

Belém, 30 de Janeiro de 2017

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador Geral de Justiça

Protocolo: 143094